



Isabel Leão

### CERTIDÃO

\_\_\_\_A presente fotocópia, que, contém doze folhas foi extraída da escritura lavrada de folhas sessenta e duas a folhas sessenta e três verso do livro de notas para escrituras diversas número duzentos e sessenta e cinco deste Notarial do Porto e está conforme o original. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_Porto, Cartório Notarial de Isabel Leão, 26 de Maio de 2020 \_\_\_\_\_

A Notária,

( Isabel Maria de Castro Moreira da Cruz Leão)

Emitida factura / recibo

A quantia Paga inclui IVA à taxa legal de 23%.

Conta Registada sob o nº 553

FL 1  
8

Isabel Leão  
Notária

Livro ..... 265

Folha ..... 62

8

### CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

cf \_\_\_\_\_ No dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte, no Cartório Notarial com sede na Rua do Bom Sucesso nº 374, Porto, perante mim, **Isabel Maria de Castro Moreira da Cruz Leão**, respetiva Notária, compareceram como outorgantes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) **Berta Hermínia Paradinha Batista**, divorciada, contribuinte fiscal número 181 153 033, portadora do Cartão de Cidadão número 05902173 0 ZY9, válido até 16.02.2021, natural da freguesia de Paranhos, concelho do Porto, residente na Rua de Naulila, nº 203, 4200-413 Porto, Provedora do Estudante do Instituto Politécnico do Porto; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) **José Manuel Alves Tedim**, casado, contribuinte fiscal número 144 958 511, portador do Cartão de Cidadão número 03300275 4 ZZ5, válido até 28.05.2020, natural da freguesia de S. Mamede do Coronado, concelho da Trofa, residente na Rua S. João Bosco, nº 145, 5º direito, 4100-451 Porto, Provedor do Estudante da Universidade Portucalense, e; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) **Carlos Albino Veiga da Costa**, viúvo, contribuinte fiscal número 133 374 475, portador do Cartão de Cidadão número 00841814 4 ZX3, válido até 10.10.2029, natural da freguesia de Lordelo do Ouro, concelho do Porto, residente no Caminho de Montechol, 354, 4605-340 Vila Meã, Provedor do Estudante da Universidade do Porto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos respectivos documentos de identificação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pelos outorgantes, nas qualidades em que outorgam, foi dito: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que, pela presente escritura, dando cumprimento ao deliberado na acta número um, constituem uma associação com a denominação "**RPE - Rede**

752

**Portuguesa de Provedores do Estudante do Ensino Superior - Associação",**

com sede na Rua Roberto Frias, 712, 4200-465 no Porto, tendo como objecto social: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Integrando a comunidade do ensino superior português, que partilha culturas, valores e princípios fundamentais da carta de direitos humanos e do estado de direito, a "RPE - Rede Portuguesa De Provedores Do Ensino Superior – Associação" tem como objetivo principal ser um foro estável e permanente, que permita o trabalho em rede, a transferência e a permuta de conhecimento, informação e experiências relacionadas com os Provedores do Estudante, assim como a defesa dos direitos dos estudantes dentro do espaço das Instituições de Ensino Superior (IES). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A RPE persegue ainda os seguintes objetivos específicos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Facilitar o intercâmbio de informação e permitir interações ágeis e permanentes entre os Provedores dos Estudantes, bem como a realização de encontros e reuniões sempre que necessário; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Promover estudos conjuntos, relatórios e recomendações relacionadas com a natureza e as funções atribuídas aos Provedores dos Estudantes; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) Fomentar uma eficaz cooperação com os responsáveis das políticas públicas para o ensino superior; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) Promover a participação em organismos, redes e iniciativas de natureza afim; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) Velar para que se respeitem os direitos humanos e os direitos dos estudantes; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ f) Fomentar a igualdade, a inclusão e ainda combater qualquer tipo

FG3  
Q

Isabel Leão  
Notária

Livro ..... 265 .....

Folha ..... 63 .....

Q

de discriminação nas IES; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ g) Contribuir para a melhoria de qualidade do ensino superior. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que a presente associação regular-se-á pelos estatutos, constantes do **documento complementar**, anexo, elaborado de acordo com o número dois do artigo sessenta e quatro, do Código do Notariado, que expressamente declaram conhecer e aceitar e que faz parte integrante da presente escritura, o qual se **arquiva**. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ficam desde já nomeados para exercer as funções nos órgãos sociais: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Comissão Executiva:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presidente: Berta Herminia Paradinha Batista; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Vice-presidente: Mário Jorge Modesto Gonzalez Pereira; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Vogal: José Manuel Alves Tedim; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Vogal: José Manuel Alves Trindade Roque; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Vogal: Pedro de Matos Gonçalves; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Mesa da Assembleia Geral:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presidente: Carlos Albino Veiga da Costa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Vice-Presidente: Maria Isabel Rocha Roque; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Secretário: Álvaro Manuel Teixeira Bonito; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Conselho Fiscal:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Presidente: António da Trindade Nunes; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Secretário: Joana Margarida Rodrigues dos Santos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Relator: Manuel Matos Marchante. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Assim o disseram e outorgaram.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Arquivo:** \_\_\_\_\_

FG4

\_\_\_\_\_Fotocópia da mencionada acta nº 1. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Exibido: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Certificado de admissibilidade de denominação adoptada com o número 2020006613 emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, a quatro de maio de dois mil e vinte, pelo código de acesso 6722-8280-8202, com o número de identificação fiscal 515 876 089. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Esta escritura foi lida e explicado o seu conteúdo.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_José Filipe Jorge de Carvalho

\_\_\_\_\_A Notária \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Isabel Louçã

Conta registada sob o nº 553

Bis

NOTÁRIA: Isabel Leão	
LIV. 265	FLS. 62
DDC.	FLS.

9

# ESTATUTOS DA REDE PORTUGUESA DE PROVEDORES DO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR (RPE)

## CAPÍTULO I CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, NATUREZA, DURAÇÃO E SEDE

### Artigo 1.º

Sob a designação de RPE - REDE PORTUGUESA DE PROVEDORES DO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR - ASSOCIAÇÃO constitui-se uma associação privada sem fins lucrativos, doravante designada por RPE, de âmbito nacional, que congrega Provedores do Estudante das Instituições de Ensino Superior (IES) portuguesas, dos subsistemas universitário e politécnico, dos setores público e privado.

### Artigo 2.º

A RPE regerá o seu funcionamento de acordo com o disposto na lei geral, nestes Estatutos e em deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pela Comissão Executiva, em sessões ordinárias ou extraordinárias, de acordo com os respetivos âmbitos de decisão.

### Artigo 3.º

A RPE constitui-se por tempo indeterminado, podendo admitir novos membros sem ser necessária nova constituição.

### Artigo 4.º

A sede permanente será na Rua Roberto Frias, 712, 4200-465 no Porto no Instituto Politécnico do Porto, onde ficará depositado o arquivo dos documentos da RPE.

## CAPÍTULO II OBJETIVOS

### Artigo 5.º

1. Integrando a comunidade do ensino superior português, que partilha culturas, valores e princípios fundamentais da Carta Universal dos Direitos Humanos e do estado de direito, a RPE tem como objetivo principal ser um foro estável e permanente, que permita o trabalho em rede, a transferência e a permuta de

conhecimento, informação e experiências relacionadas com os Provedores do Estudante, assim como a defesa dos direitos dos estudantes dentro do espaço das IES

2. A RPE persegue ainda os seguintes objetivos específicos:
- Facilitar o intercâmbio de informação e permitir interações ágeis e permanentes entre os Provedores do Estudante, bem como a realização de encontros e reuniões sempre que necessário;
  - Promover estudos conjuntos, relatórios e recomendações relacionadas com a natureza e as funções atribuídas aos Provedores do Estudante;
  - Fomentar uma eficaz cooperação com os responsáveis das políticas públicas para o ensino superior;
  - Promover a participação em organismos, redes e iniciativas de natureza afim;
  - Velar para que se respeitem os direitos humanos e os direitos dos estudantes;
  - Fomentar a igualdade e a inclusão e combater qualquer tipo de discriminação nas IES;
  - Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino superior.

### CAPÍTULO III ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

#### Artigo 6.º

São órgãos sociais da RPE:

- A Assembleia Geral;
- A Comissão Executiva;
- O Conselho Fiscal.

#### Secção I

#### Da Assembleia Geral

#### Artigo 7.º

- A Assembleia Geral é constituída por todos os membros pertencentes à RPE.
- A mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de dois anos, sendo que os membros honorários da Associação não podem integrar a Mesa da Assembleia Geral.
- O Vice-Presidente da mesa da Assembleia Geral substituirá o Presidente nas suas ausências.
- A mesa da Assembleia Geral é eleita para o exercício de um mandato de dois anos, conforme procedimento estabelecido em regulamento eleitoral.

FG7  
A  
9

#### Artigo 8.º

São competências da Assembleia Geral:

- a) Aprovar as linhas orientadoras da RPE;
- b) Examinar e aprovar o plano de atividades e orçamento;
- c) Examinar e aprovar o relatório de gestão e contas de cada exercício;
- d) Aprovar o destino do saldo de cada exercício;
- e) Escolher o local de realização da próxima Assembleia Geral ou delegar essa decisão na Comissão Executiva;
- f) Eleger e destituir os membros da Comissão Executiva;
- g) Emitir as declarações e comunicações públicas que sejam convenientes para a eficácia de suas metas e objetivos;
- h) Aprovar e modificar os Estatutos da RPE;
- i) As demais que resultem dos Estatutos e não estejam expressamente atribuídas a outros órgãos.

#### Artigo 9.º

1. A Assembleia Geral reunir-se-á em sessão ordinária, coincidindo preferencialmente com o Encontro Nacional de Provedores do Estudante (ENPE).
2. O Presidente da mesa da Assembleia Geral elabora, sob proposta da Comissão Executiva, e divulga a convocatória e respetiva ordem de trabalhos, com pelo menos 30 dias de antecedência, podendo ser feita por correio eletrónico, com fornecimento de toda a documentação pertinente.

#### Artigo 10.º

A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando requerido pelas necessidades e interesses da RPE, a pedido de um quarto dos membros com direito a voto, a pedido da Mesa de Assembleia Geral ou a pedido da Comissão Executiva.

#### Artigo 11.º

1. As deliberações são aprovadas por maioria simples dos presentes e registadas em ata.
2. Os acordos para a modificação dos Estatutos da RPE exigem o voto favorável da maioria qualificada, de dois terços dos associados presentes com direito a voto.
3. Para as deliberações em Assembleia Geral, podem os membros da RPE fazer-se representar por terceiro, desde que devidamente habilitado para o efeito, nomeadamente com procuração que o permita.

#### Artigo 12.º

As reuniões da Assembleia Geral poderão ser presenciais ou em ambiente virtual, de acordo com os critérios estabelecidos na convocatória.



TRB  
f  
g

**Seção II**  
**Da Comissão Executiva**

**Artigo 13.º**

1. A Comissão Executiva é o órgão ordinário de governo, integrando e coordenando a RPE.
2. A Comissão Executiva será composta por cinco membros que constituam uma lista, eleita em Assembleia Geral, em votação secreta.
3. As listas candidatas à eleição da Comissão Executiva serão constituídas por cinco membros, um Presidente, um Vice-Presidente e três Vogais, devendo ser apresentadas à mesa da Assembleia Geral de acordo com o Regulamento Eleitoral.
4. A fim de garantir a participação e representação na RPE, favorecendo a diversidade e o pluralismo, os cinco membros deverão representar, sempre que possível, os quatro subsistemas (universitário público, politécnico público, universitário privado e politécnico privado).
5. As vagas que possam ocorrer na Comissão Executiva, serão provisoriamente ocupadas por membros nomeados pela própria Comissão Executiva, sendo informados os membros da Assembleia Geral dessa substituição. Essas funções serão exercidas até à próxima Assembleia Geral, que procederá ao preenchimento das vagas, conforme procedimento estabelecido em Regulamento Eleitoral.
6. A Comissão Executiva é eleita para o exercício de um mandato de dois anos.

**Artigo 14.º**

A Comissão Executiva goza das competências estabelecidas pelo presente Estatuto, nomeadamente as seguintes:

- a) Propor as linhas orientadoras da RPE e outros documentos de trabalho para seu tratamento na Assembleia Geral;
- b) Divulgar e implementar as deliberações aprovadas pela Assembleia Geral;
- c) Servir de ligação e coordenação entre os Provedores do Estudante;
- d) Promover a realização de estudos, pesquisas e eventos e canalizar as iniciativas propostas pelos membros da RPE;
- e) Admitir novos membros;
- f) Dar conhecimento à Assembleia Geral da admissão e saída de membros;
- g) Elaborar anualmente o Plano de atividades e o orçamento;
- h) Elaborar anualmente o relatório de gestão e contas;
- i) Enviar ao Conselho Fiscal, com 15 dias de antecedência, os documentos indicados nas alíneas g) e h).

Handwritten signatures and initials in black ink, including the letters 'B9' and several stylized signatures.

#### **Artigo 15.º**

1. A Comissão Executiva reunir-se-á pelo menos uma vez em cada semestre, ou quando solicitado pela maioria dos seus membros. Da reunião será lavrada a respetiva ata.
2. A Comissão Executiva pode reunir com pelo menos três dos seus membros presentes, incluindo o Presidente.
3. Qualquer pessoa pode ser convidada para as reuniões quando o assunto ou as circunstâncias o tornem aconselhável, sem direito a voto.

#### **Artigo 16.º**

As deliberações tomam-se por maioria simples e, em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.

#### **Artigo 17.º**

As reuniões da Comissão Executiva poderão ser presenciais ou em ambiente virtual.

### **Seção III**

#### **Do Presidente da Comissão Executiva**

#### **Artigo 18.º**

As funções do Presidente são:

- a) Exercer a representação e gestão da RPE.
- b) Convocar e coordenar os trabalhos da Comissão Executiva, bem como todos os eventos organizados pela RPE.
- c) Informar os associados sobre atividades e projetos extraordinários não contemplados no plano de atividades.
- d) Atuar em nome da RPE, obrigando a associação nos atos necessários, com a sua assinatura, desde que com o consentimento maioritário da Comissão Executiva.
- e) Garantir a conformidade com os objetivos da RPE.

#### **Artigo 19º**

As funções do Vice-Presidente são:

- a) Substituir o Presidente quando necessário, nomeadamente nas suas ausências ou impedimentos.
- b) Manter e atualizar todos os veículos de comunicação da RPE, se existirem.

### **Seção IV**

#### **Do Conselho Fiscal**



**Artigo 20º**

1. O Conselho Fiscal será composto por três elementos, um Presidente, um Secretário e um Relator, que constituam uma lista, eleita em votação secreta, devendo ser apresentada à mesa da Assembleia Geral de acordo com o Regulamento Eleitoral.
2. Ao Conselho Fiscal compete:
  - a) Dar parecer sobre o relatório de gestão e contas apresentado anualmente pela Comissão Executiva em Assembleia Geral;
  - b) Fiscalizar a administração realizada pela Comissão Executiva da Rede;
  - c) Assegurar todas as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei geral ou que decorram da aplicação dos Estatutos ou dos Regulamentos em vigor.
3. O Conselho Fiscal é eleito para o exercício de um mandato de dois anos.

**CAPÍTULO IV**  
**MEMBROS DA REDE, DIREITOS E DEVERES**

**Artigo 21º**

Por inerência, qualquer Provedor do Estudante, em IES portuguesas, tem o direito de integrar a RPE, desde que o solicite à Comissão Executiva, sendo que, da mesma forma, podem ser membros todos os que tenham sido Provedores do Estudante, nos termos do disposto no artigo seguinte.

**Artigo 22.º**

A RPE será composta por dois tipos de membros:

- a) Membros numerários, com direito a voto. São todos os Provedores do Estudante de instituições públicas ou privadas que o requeiram. São elegíveis para todos os órgãos sociais.
- b) Membros honorários, sem direito a voto. São todos os antigos Provedores do Estudante que desejem participar nas atividades da RPE.

**Artigo 23.º**

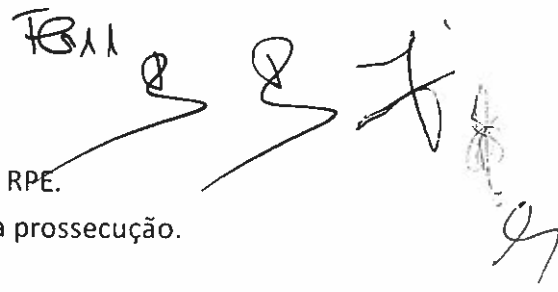
Todos os membros da RPE têm os seguintes direitos:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) Apresentar sugestões, propostas ou iniciativas que contribuam para um melhor cumprimento dos objetivos da RPE;
- c) Receber informações sobre as deliberações e, genericamente, sobre a atividade e funcionamento da RPE.

**Artigo 24.º**

Os membros da RPE têm os seguintes deveres:

- a) Respeitar as disposições dos presentes Estatutos.

- 7811
- 
- b) Cumprir e fazer cumprir os acordos subscritos pela RPE.
  - c) Partilhar os objetivos da RPE e colaborar para a sua prossecução.

#### **Artigo 25.º**

A condição de membro perde-se mediante comunicação do próprio dirigida à Comissão Executiva.

#### **Artigo 26.º**

São consideradas causas de exclusão enquanto membro da RPE:

- a) Incumprimento dos objetivos da RPE, quando exigível conduta diferente.
- b) Incumprimento dos acordos aprovados pela Assembleia Geral, quando exigível conduta diferente.

#### **Artigo 27.º**

A Comissão Executiva poderá propor a exclusão de membro, contudo a competência para decidir a perda da qualidade de associado pertence à Assembleia Geral, numa votação por maioria simples.

### **CAPÍTULO V REGIME ECONÓMICO**

#### **Artigo 28.º**

A RPE disporá, para o cumprimento dos seus objetivos, dos seguintes meios económicos:

- a) Contribuições voluntárias.
- b) Doações ou subvenções que possam ser recebidas.
- c) Contribuições extraordinárias.
- d) Quotizações que venham a ser estabelecidas em Assembleia Geral.

#### **Artigo 29.º**

O exercício de qualquer tipo de cargo ou função não será remunerado, sem prejuízo do direito à compensação correspondente às despesas incorridas e devidamente documentadas no desempenho de funções compatíveis com os objetivos da RPE, sempre que possível.

### **CAPÍTULO VI EXTINÇÃO DA REDE**

#### **Artigo 30.º**

A RPE extingue-se por vontade dos membros numerários, acordada em Assembleia Geral, por maioria qualificada de dois terços dos presentes.

R.12

## CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

### Artigo 31.º

Na Assembleia Geral Constituinte, após a aprovação dos estatutos da RPE, serão eleitos os órgãos sociais, não se aplicando o disposto no artigo 13.º.

### Artigo 32.º

Após a sua eleição, e dentro de um período máximo de um ano, a Comissão Executiva preparará uma proposta de regulamento para os processos eleitorais na RPE.

### Artigo 33.º

Em caso de dúvidas ou omissões aos presentes estatutos, compete à Comissão Executiva o esclarecimento ou decisão.

~~Isabel Jesus~~  
~~Isabel Jesus~~  
Isabel Jesus

A Nóbrega,  
Isabel Jesus